

## NOTA TÉCNICA

# A evolução dos rendimentos médios utilizando deflatores por faixa de renda

## 1 Introdução

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução desse indicador reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor relacionados a essa variação. O procedimento usual em análises agregadas do mercado de trabalho é usar um único índice para todos os trabalhadores. Implicitamente, pressupõe-se que: *i*) o padrão de consumo dos trabalhadores está bem representado por uma cesta de bens representativa cuja evolução dos preços é captada pelo índice; e *ii*) eventuais diferenças nos padrões de consumo não seriam suficientes para alterar sistematicamente a evolução de índices de preço hipotéticos que captassem a heterogeneidade nos padrões de consumo.

No entanto, conforme exposto em Lameiras, Carvalho e Souza Júnior (2017), o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. Por exemplo, na variação acumulada em doze meses até agosto de 2018, a inflação para as famílias com renda muito baixa alcançou 3,55%, enquanto que para as famílias com renda alta atingiu 4,53% – o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 4,19%. Em uma perspectiva de longo prazo, observa-se que, nos últimos onze anos (de julho de 2006 a outubro de 2017), a inflação dos mais pobres apresenta uma variação de 102%, bastante superior à observada na faixa de renda mais alta, de 86%.

O objetivo desta Nota Técnica é, portanto, averiguar em que medida essas diferenças na trajetória da inflação afetam a evolução dos rendimentos médios, individuais e domiciliares, para as diferentes faixas de renda, utilizando-se de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua desde 2012.

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

sandro.carvalho@ipea.gov.br

**Carlos Henrique Leite Corseuil**

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

carlos.corseuil@ipea.gov.br

**José Ronaldo de Castro Souza Júnior**

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea

ronaldo.souza@ipea.gov.br

## 2 Uma Breve Apresentação da Metodologia



A metodologia empregada faz uso de três elementos, mensurados por três fontes de informações distintas, todas geradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira fonte, conforme adiantado acima, é a PNAD Contínua, que provê informações da evolução do rendimento nominal em reais a preços correntes. A segunda fonte de informação é a edição de 2008/2009 da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF): por meio dela, é possível estipular cestas de consumo representativas de domicílios em diferentes faixas de renda. Por fim, o Sistema Nacional de Preços ao Consumidor (SNPC) informa a variação de preço por tipos de produto.

Dada uma classificação de faixa de renda, o procedimento torna-se bem simples. Basta observar na POF a composição da cesta de consumo de cada faixa e atualizar o preço da cesta pelas informações do SNPC. Esses passos resumem, ainda que de forma bem simplificada, a construção do indicador Ipea de Inflação por faixa de renda, conforme detalhado em Lameiras, Carvalho e Souza Júnior (2017).<sup>1</sup> A última etapa é deflacionar o valor nominal informado na PNAD Contínua pelo deflator correspondente à faixa de renda em questão.

A tabela 1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, definidas de acordo com a renda domiciliar mensal expressa a preços de janeiro de 2009 e relacionada às POFs de 2008 e 2009. As duas primeiras captam domicílios de baixa renda, e as três seguintes, domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados por meio do IPCA, e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. A tabela 1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2018, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

TABELA 1  
Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ mai/2018)
1 - Renda muito baixa	menor que R\$ 900	menor que R\$ 1566,24
2 - Renda baixa	entre R\$ 900 e R\$ 1350	entre R\$ 1566,24 e R\$ 2349,28
3 - Renda média-baixa	entre R\$ 1350 e R\$ 2250	entre R\$ 2349,28 e R\$ 3915,61
4 - Renda média	entre R\$ 2250 e R\$ 4500	entre R\$ 3915,61 e R\$ 7831,22
5 - Renda média-alta	entre R\$ 4500 e R\$ 9000	entre R\$ 7831,22 e R\$ 15662,44
6 - Renda alta	maior que R\$ 9000	maior que R\$ 15662,44

Fonte e Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

1. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/171116\\_cc\\_37\\_nt\\_inflacao\\_por\\_faixa\\_de\\_renda.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/171116_cc_37_nt_inflacao_por_faixa_de_renda.pdf)>.

Vale dizer que a distribuição de domicílios entre as faixas de renda não apresenta oscilações bruscas no período analisado. A tabela 2 mostra essa distribuição em quatro momentos marcantes na evolução do rendimento real, conforme veremos adiante. Incluímos separadamente da faixa de renda muito baixa os domicílios que declararam não possuir renda do trabalho.

TABELA 2  
Domicílios por faixa de renda  
(Em %)

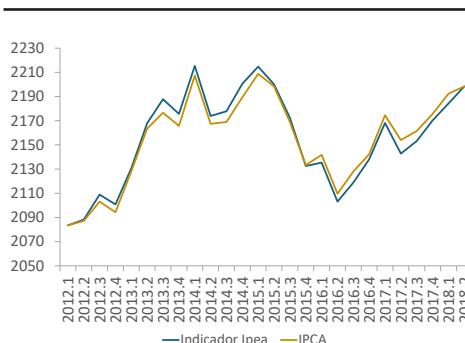
Faixa de renda	Primeiro trimestre de 2013	Primeiro trimestre de 2015	Primeiro trimestre de 2017	Segundo trimestre de 2018
0 – Sem renda do trabalho	19	19,6	22	22,5
1 - Renda muito baixa	29,3	27,7	27,9	29,4
2 - Renda baixa	14,4	13,1	14,7	12,3
3 - Renda média-baixa	16,4	18,7	15,8	16
4 - Renda média	13,7	13,5	12,7	13
5 - Renda média-alta	5,1	5,2	4,7	4,7
6 - Renda alta	2,1	2,2	2,2	2,1

Fonte e Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Evolução da Renda Média do Trabalho Agregada e por Faixa de Renda

Inicialmente, compara-se a evolução do rendimento médio do trabalho deflacionado pelo Indicador Ipea e pelo IPCA, conforme mostrado no gráfico 1. Nota-se que, para uma parte do período analisado, não existem diferenças substanciais na renda média de acordo com as diferentes deflatores – é o caso do primeiro semestre de 2013 e do segundo semestre de 2015, por exemplo. Em outros momentos, a diferença entre as duas séries mostradas no gráfico 1 pode atingir valores de até 0,5%, o que não chega a ser desprezível em ambiente de inflação controlada. Deflacionando-se de acordo com o Indicador Ipea, a renda média foi um pouco superior entre 2013 e 2015, e um pouco inferior nos períodos recentes.

GRÁFICO 1  
Renda do trabalho média deflacionada pelo Indicador Ipea e pelo IPCA  
(Em R\$ de maio de 2018)



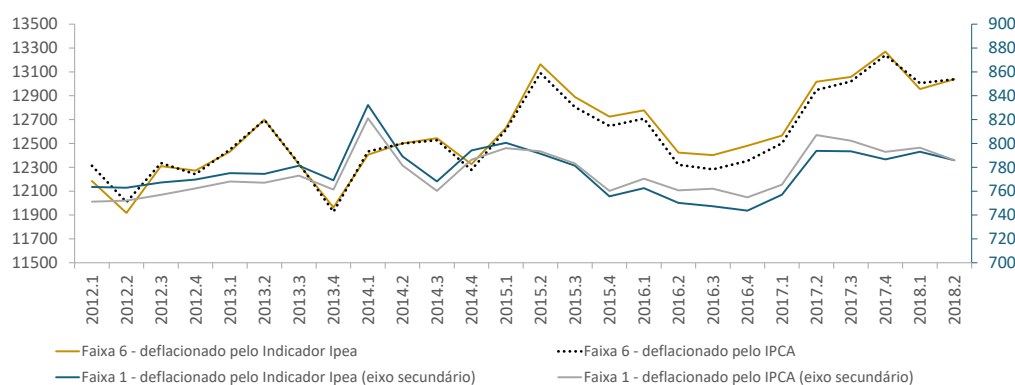
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura /Ipea.

No gráfico 2 mostra-se a evolução dos rendimentos médios do trabalho de acordo com os dois deflatores para as faixas de renda muito baixa e alta. Novamente, as diferenças não são substanciais em uma parte do período analisado, mas são mais relevantes em determinados períodos, particularmente no caso da faixa de renda 1. Conforme revela o gráfico 3,

no primeiro trimestre de 2012 os rendimentos médios reais do trabalho dos indivíduos na faixa de renda muito baixa é pouco mais de 1,5% maior se deflacionado com o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda do que com o IPCA. No caso da sexta faixa, de renda alta, os rendimentos reais no primeiro trimestre de 2012 seria 1% menor quando deflacionado pelo Indicador Ipea. Por volta de 2015 há uma inversão, e no terceiro trimestre de 2016 o rendimento do trabalho da primeira faixa passa a ser 2% menor quando deflacionados pelo Indicador Ipea. Nesse mesmo trimestre, o rendimento do trabalho na faixa mais alta passa a ser 1% maior quando deflacionado pelo Indicador Ipea.

GRÁFICO 2

Faixas de renda 1 e 6: renda do trabalho média deflacionada pelo Indicador Ipea e pelo IPCA (Em R\$ de maio de 2018)

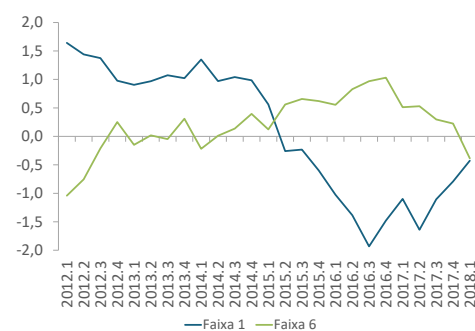


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura /Ipea.

Nas tabelas A.1 e A.2 do apêndice mostramos a evolução do rendimento médio do trabalho individual para todas as faixas de renda deflacionado por meio do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda e do IPCA, respectivamente. Em ambos os casos, são valores em reais de maio de 2018. As diferenças entre as duas formas são melhor compreendidas se condensarmos essas informações, como no gráfico 4, onde se mostra a divisão dos rendimentos deflacionados por faixa de renda e dos rendimentos deflacionados pelo IPCA, em termos percentuais.

GRÁFICO 3

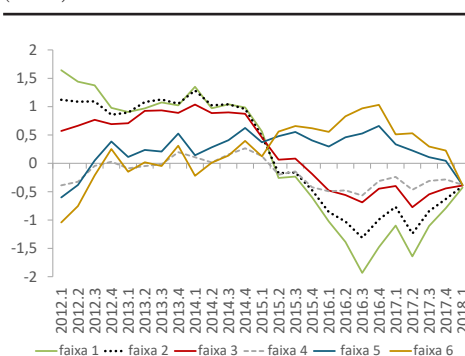
Faixas de renda 1 e 6: diferença entre a renda do trabalho média deflacionada pelo Indicador Ipea e a deflacionada pelo IPCA (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura /Ipea.

No gráfico 4, um valor acima de zero indica que a inflação dada pelo Indicador Ipea foi maior que a do IPCA, ou seja, mostra que o aumento da renda real (em caso de crescimento) foi menor que o indicado pelo IPCA, ou que a queda da renda real foi superior do que quando se deflaciona pelo IPCA, sendo o inverso válido para valores negativos. O gráfico 4 revela dois grupos claramente distintos, um representado pelas três primeiras faixas de renda e outro pelas duas faixas superiores, tendo a quarta faixa, de renda média, apresentado um caso intermediário.

GRÁFICO 4  
Diferença entre a renda do trabalho média deflacionada pelo Indicador Ipea e pelo IPCA para todas as faixas de renda (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura /Ipea.

Para as três primeiras faixas de renda até o final de 2014, dado que a inflação informada pelo Indicador Ipea foi superior à do IPCA, os rendimentos reais do trabalho situaram-se cerca de 1% acima quando deflacionados pelo primeiro indicador. A partir de 2015, a evolução da inflação para essas faixas foi mais favorável, e de forma mais intensa quanto menor a renda, tornando a renda deflacionada pelo IPCA relativamente maior (isto é, tornando o crescimento da renda real quando deflacionado por faixa de renda também maior). No entanto, a divisão dos rendimentos apresentou uma trajetória ascendente para as faixas de renda superiores, refletindo uma evolução desfavorável da inflação para esses grupos, mas partindo de valores negativos em 2012.

Nas tabelas A.3 e A.4 do apêndice mostramos a evolução do rendimento médio do trabalho domiciliar por faixa de renda deflacionado usando o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda e o IPCA, respectivamente. Também em ambos os casos, são valores em reais de maio de 2018.

#### 4 Renda de Outras Fontes e Desigualdade de Rendimentos

A tabela 2 revela uma trajetória ascendente da proporção de domicílios que declaram não possuir renda do trabalho. Acrescentando a proporção de domicílios da faixa de renda muito baixa, que, conforme mostra a tabela A.4, possuíam uma renda média do trabalho domiciliar de R\$ 914 no último trimestre observado, temos que mais de 50% dos domicílios declaram possuir uma renda média total do trabalho menor que mil reais. Nesse sentido, principalmente para se discutir desigualdade de renda, é importante

acrescentar os rendimentos de outras fontes. A partir da PNAD Contínua, existe uma disponibilidade limitada desses dados, que são divulgados uma vez por ano e apenas após o fim da PNAD anual, terminada em 2015. Os dados de 2018, por sua vez, ainda não foram divulgados. As outras fontes de renda estudadas pela PNAD anual eram diferentes das disponíveis na PNAD Contínua, o que torna a tentativa de compatibilização das duas pesquisas menos interessante. Apesar dessas limitações, as informações contidas na PNAD Contínua já permitem extrair conclusões relevantes.

Na tabela 3, apresentamos a proporção de domicílios que não possuíam renda do trabalho que declaram receber rendas de outras fontes e a renda média obtida dessas fontes. Cerca de dois terços dos domicílios sem renda do trabalho recebiam aposentadoria, com uma renda média de aproximadamente R\$ 2.750. Em 2017, pouco mais de 23% dos domicílios sem renda do trabalho recebiam Bolsa Família (em média R\$ 235). Pouco mais de 10% recebia algum tipo de transferência privada e cerca de 9% obtinha o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

TABELA 3

**Rendimentos de outras fontes nos domicílios sem renda do trabalho, por tipo de fonte**

Domicílios sem renda do trabalho e que possuem outras fontes (%)						
	BPC	Bolsa Família	Outros programas	Aposentadoria	Transferência privada <sup>1</sup>	Aluguel
Segundo trimestre de 2016	8,97	20,99	2,04	65,38	11,48	6,21
Segundo trimestre de 2017	8,71	23,23	1,51	64,41	10,97	6,12
Média de outras fontes de renda para domicílios que não possuem renda do trabalho (R\$)						
	BPC	Bolsa Família	Outros programas	Aposentadoria	Transferência privada <sup>1</sup>	Aluguel
Segundo trimestre de 2016	1.120,10	231,60	563,20	2.784,80	780,20	1.936,20
Segundo trimestre de 2017	1.144,30	235,50	569,90	2.754,50	713,70	1.822,90

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Ipea.

<sup>1</sup>Pensão alimentícia, mesada ou doação

A distribuição dos domicílios por faixa de renda incluindo todas as fontes de rendimentos é apresentada na tabela 4. Nota-se que ainda restam 2,5% dos domicílios que declararam não possuir qualquer tipo de renda. A proporção de domicílios na faixa de renda muito baixa subiu de 28,6% em 2016 para 30,3% em 2017, tendo caído a proporção de domicílios na faixa de renda baixa e renda média-baixa (faixa 2 e 3), de 19,3% para 17,9% e de 21,4% para 21%, respectivamente. As proporções nas demais faixas de renda permaneceram estáveis nesses dois anos. Na tabela 4 mostra-se também a renda média domiciliar de todas as rendas. Na comparação com a tabela A.3, vê-se que o acréscimo de outras fontes eleva a renda média da faixa 1 (5% em 2016 e cerca de 1,5% em 2017) e da faixa 6 (1% em 2016 e 4% em 2017).

TABELA 4

**Domicílios por faixa de renda e renda média domiciliar**

	Proporção de domicílios (%)						
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
Segundo trimestre de 2016	2,46	28,61	19,26	21,44	18,36	7,0	2,87
Segundo trimestre de 2017	2,52	30,28	17,87	20,99	18,42	7,02	2,9
	Renda média domiciliar (R\$ de maio de 2018)						
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
Segundo trimestre de 2016	-	920,70	1.908,10	3.015,20	5.328,30	10.593,10	26.026,00
Segundo trimestre de 2017	-	930,90	1.929,20	3.007,50	5.321,20	10.625,30	28.130,40

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

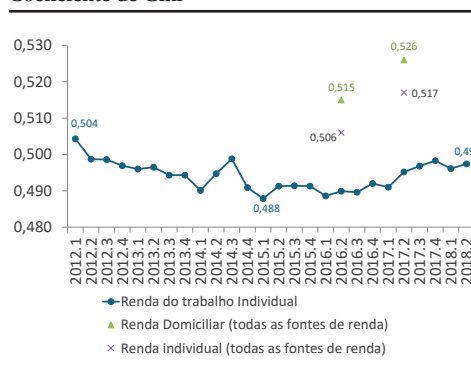
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Ipea.

Em 2017, a renda média dos domicílios nas duas faixas mais elevadas, que representam os 10% mais ricos, é dezessete vezes maior que a renda média dos domicílios na faixa de renda muito baixa, que representa 30% dos domicílios. A renda média da faixa 6 (os 3% mais ricos) é trinta vezes maior que a da faixa 1. Para se averiguar como evolui a desigualdade de renda desde 2012, apresenta-se no gráfico 5 o Coeficiente de Gini da renda do trabalho individual, bem como o Gini da renda de todas as fontes (individual e domiciliar) para as duas observações disponíveis. Os valores são todos deflacionados pelo Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.<sup>2</sup>

A desigualdade da renda do trabalho individual caiu até o início de 2015 (de 0,504 para 0,488), tendo se elevado desde então, atingindo 0,497 no segundo trimestre de 2018. A desigualdade é mais elevada quando se acrescentam as rendas de outras fontes. No segundo trimestre de 2016, o coeficiente de Gini da renda individual sobe de 0,490 para 0,506, e em 2017 de 0,495 para 0,517. Quando se considera a renda domiciliar em

vez da individual, a desigualdade é ainda maior. Em 2016, o coeficiente de Gini da renda domiciliar de todas as fontes era de 0,515 (contra os 0,506 da renda individual) – no ano seguinte, o coeficiente da renda domiciliar subiu até 0,526. Por fim, cabe notar que, pelo menos entre 2016 e 2017, o crescimento da desigualdade foi duas vezes mais rápido quando se considera todas as fontes de renda do que comparado ao crescimento da desigualdade da renda do trabalho.

GRÁFICO 5  
Coeficiente de Gini



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Ipea.

<sup>2</sup> Cabe notar que o Coeficiente de Gini é apenas marginalmente superior quando se deflaciona os rendimentos por faixa de renda comparado quando se deflaciona pelo IPCA.

## 5 Considerações Finais



O estudo de Lameiras, Carvalho e Souza Júnior (2017) aponta importantes diferenças em índices de inflação quando se permite a diferenciação das cestas de consumo por faixa de renda. Em tese, isso pode originar diferenças significativas para a evolução do rendimento real, a depender se a série é deflacionada por um índice único ou pelo Indicador Ipea.

Diante dessa perspectiva, apresentamos diversos indicadores relacionados à evolução do rendimento real dos trabalhadores deflacionados pelo Indicador Ipea: *i)* a média agregada do rendimento do trabalho real; *ii)* as respectivas médias de cada faixa de renda; e *iii)* o índice de desigualdade de Gini.

Em todos esses casos, para uma parte do período, os indicadores apontam diferenças pequenas em relação ao deflator usado, mas há momentos em que as diferenças passam a ser mais expressivas, com destaque para o rendimento médio da faixa de menor rendimento.

## REFERÊNCIA

LAMEIRAS, M.A.P.; CARVALHO, S. S. de C.; SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. **Inflação por faixa de renda**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Carta de Conjuntura, n. 37).

TABELA A.1

**Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda: renda média individual**  
(Em R\$ de maio de 2018)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	763,50	1.198,90	1.526,10	2.417,30	4.773,70	12.184,40
2012.2	762,90	1.209,20	1.537,30	2.420,00	4.841,40	11.917,50
2012.3	767,30	1.197,00	1.528,90	2.412,70	4.787,10	12.309,60
2012.4	769,80	1.186,00	1.537,20	2.429,40	4.838,30	12.272,10
2013.1	775,10	1.213,20	1.565,60	2.446,80	4.892,40	12.431,00
2013.2	774,50	1.220,50	1.567,70	2.426,00	4.846,30	12.698,80
2013.3	781,30	1.214,00	1.570,40	2.421,00	4.802,00	12.325,30
2013.4	769,10	1.209,70	1.576,70	2.440,20	4.767,30	11.963,80
2014.1	832,20	1.237,00	1.663,00	2.488,60	4.950,60	12.405,70
2014.2	789,20	1.223,20	1.648,70	2.460,90	4.912,10	12.500,90
2014.3	768,10	1.222,10	1.634,10	2.462,20	4.872,70	12.543,60
2014.4	794,10	1.222,20	1.621,60	2.479,80	4.934,60	12.326,70
2015.1	800,50	1.226,60	1.627,60	2.474,60	4.950,30	12.629,90
2015.2	791,40	1.186,20	1.614,20	2.489,20	4.984,10	13.163,40
2015.3	781,40	1.275,60	1.569,30	2.488,30	4.986,50	12.889,10
2015.4	755,70	1.252,20	1.552,30	2.457,20	4.918,50	12.725,10
2016.1	762,50	1.248,50	1.594,60	2.508,50	5.072,60	12.778,10
2016.2	750,20	1.238,30	1.580,90	2.496,50	5.076,10	12.423,60
2016.3	747,40	1.238,80	1.594,20	2.472,70	5.055,90	12.402,30
2016.4	743,60	1.240,30	1.595,10	2.496,50	4.992,30	12.480,40
2017.1	757,10	1.266,80	1.591,90	2.497,40	4.996,20	12.565,50
2017.2	793,80	1.224,30	1.577,90	2.488,20	5.218,40	13.017,10
2017.3	793,40	1.215,40	1.581,20	2.479,70	5.164,60	13.057,90
2017.4	786,70	1.212,80	1.576,90	2.479,10	5.163,00	13.269,70
2018.1	793,10	1.241,00	1.592,70	2.502,00	5.128,30	12.955,80
2018.2	786,00	1.238,50	1.596,20	2.505,30	5.198,60	13.038,10

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Ipea.



TABELA A.2

**Deflator do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): renda média individual**  
(Em R\$ de maio de 2018)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	751,20	1.185,60	1.517,50	2.426,70	4.802,60	12.312,70
2012.2	752,10	1.196,20	1.527,20	2.427,90	4.860,00	12.008,10
2012.3	756,90	1.184,10	1.517,20	2.413,80	4.784,80	12.335,70
2012.4	762,30	1.176,00	1.526,60	2.428,80	4.819,70	12.241,30
2013.1	768,10	1.202,40	1.554,60	2.448,90	4.887,00	12.449,40
2013.2	767,00	1.207,40	1.553,40	2.427,20	4.834,90	12.696,50
2013.3	773,00	1.200,50	1.555,80	2.421,40	4.792,00	12.331,10
2013.4	761,30	1.197,10	1.562,80	2.435,40	4.742,40	11.926,80
2014.1	821,10	1.221,30	1.645,90	2.485,90	4.943,60	12.432,90
2014.2	781,60	1.210,80	1.634,30	2.460,50	4.898,30	12.499,60
2014.3	760,20	1.209,50	1.619,50	2.458,40	4.853,00	12.526,50
2014.4	786,40	1.210,60	1.607,50	2.473,20	4.903,90	12.278,20
2015.1	796,00	1.220,70	1.620,20	2.471,40	4.932,00	12.614,50
2015.2	793,40	1.188,30	1.613,20	2.494,20	4.960,30	13.090,00
2015.3	783,20	1.277,60	1.568,00	2.491,80	4.959,10	12.804,90
2015.4	760,20	1.258,10	1.555,20	2.467,60	4.898,70	12.646,80
2016.1	770,40	1.259,40	1.602,30	2.520,90	5.057,60	12.707,50
2016.2	760,70	1.251,10	1.589,80	2.508,40	5.052,90	12.321,50
2016.3	762,10	1.255,20	1.605,30	2.486,80	5.029,40	12.283,30
2016.4	754,80	1.252,70	1.602,20	2.504,30	4.959,60	12.353,10
2017.1	765,50	1.276,60	1.598,30	2.503,40	4.979,50	12.501,50
2017.2	807,00	1.239,60	1.590,20	2.499,80	5.206,60	12.948,50
2017.3	802,30	1.225,70	1.589,90	2.487,50	5.159,00	13.019,20
2017.4	792,90	1.220,40	1.583,90	2.486,20	5.160,60	13.239,90
2018.1	796,50	1.246,10	1.598,90	2.511,50	5.148,10	13.005,90
2018.2	786,00	1.238,50	1.596,20	2.505,30	5.198,60	13.038,10

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Ipea.

TABELA A.3

**Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda: renda média domiciliar**  
(Em R\$ de maio de 2018)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	907,10	1.963,50	3.044,80	5.332,70	10.530,90	26.119,30
2012.2	902,70	1.963,70	3.061,90	5.339,40	10.545,00	25.909,40
2012.3	902,20	1.943,30	3.037,00	5.321,90	10.489,30	26.592,70
2012.4	906,00	1.935,40	3.009,70	5.301,10	10.603,30	26.592,30
2013.1	904,70	1.941,50	3.035,30	5.283,60	10.539,30	26.379,70
2013.2	902,30	1.935,20	3.024,70	5.269,30	10.489,90	27.115,00
2013.3	908,70	1.923,20	3.011,20	5.241,00	10.455,80	26.099,30
2013.4	896,60	1.902,10	2.994,90	5.255,70	10.422,70	25.468,80
2014.1	959,70	1.993,30	3.104,50	5.492,60	10.840,70	26.370,60
2014.2	922,90	1.967,80	3.065,30	5.422,30	10.708,60	26.584,50
2014.3	907,00	1.955,40	3.049,10	5.397,80	10.661,10	26.241,70
2014.4	924,90	1.937,00	3.032,20	5.396,20	10.657,70	25.749,10
2015.1	920,50	1.913,20	3.006,70	5.352,60	10.478,30	26.067,90
2015.2	910,60	1.907,20	2.971,00	5.333,00	10.599,30	26.793,10
2015.3	905,60	1.957,10	3.044,40	5.286,20	10.503,70	26.248,40
2015.4	882,30	1.922,40	3.006,90	5.242,90	10.398,40	26.069,60
2016.1	885,70	1.919,90	3.021,90	5.337,50	10.575,20	26.378,70
2016.2	876,20	1.897,00	3.004,60	5.315,30	10.560,60	25.754,20
2016.3	865,30	1.893,60	3.012,20	5.273,80	10.515,10	24.942,70
2016.4	862,70	1.892,50	3.015,50	5.302,70	10.468,80	25.621,00
2017.1	869,10	1.890,80	2.996,50	5.266,80	10.396,70	25.316,60
2017.2	917,20	1.944,40	2.982,80	5.272,60	10.747,10	27.074,10
2017.3	916,30	1.948,90	2.983,90	5.252,80	10.711,90	27.168,40
2017.4	913,70	1.935,30	2.988,60	5.270,50	10.662,00	27.577,60
2018.1	915,40	1.953,50	2.994,80	5.246,10	10.536,00	27.101,70
2018.2	914,30	1.946,00	3.000,30	5.274,70	10.540,20	27.249,10

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Ipea.

TABELA A.4

**Deflator IPCA: renda média domiciliar**

(Em R\$ de maio de 2018)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	892,40	1.941,80	3.027,50	5.353,50	10.594,60	26.394,30
2012.2	889,90	1942,60	3.041,70	5.356,80	10.585,40	26.106,30
2012.3	890,00	1.922,30	3.013,80	5.324,30	10.484,10	26.649,00
2012.4	897,20	1.919,00	2.989,10	5.299,70	10.562,70	26.525,60
2013.1	896,50	1.924,20	3.014,00	5.288,30	10.527,50	26.418,90
2013.2	893,60	1.914,50	2.997,00	5.271,90	10.465,20	27.110,10
2013.3	899,10	1.901,80	2.983,30	5.241,80	10.434,10	26.111,70
2013.4	887,50	1.882,30	2.968,50	5.245,50	10.368,30	25.390,00
2014.1	946,90	1.968,00	3.072,70	5.486,70	10.825,40	26.428,40
2014.2	914,10	1.947,80	3.038,40	5.421,40	10.678,40	26.581,70
2014.3	897,70	1.935,20	3.021,90	5.389,40	10.617,80	26.205,80
2014.4	915,80	1.918,60	3.005,90	5.381,90	10.591,60	25.647,70
2015.1	915,40	1.904,00	2.993,00	5.345,70	10.439,60	26.036,10
2015.2	912,90	1.910,60	2.969,00	5.343,60	10.548,80	26.643,80
2015.3	907,70	1.960,20	3.041,90	5.293,80	10.446,00	26.076,80
2015.4	887,60	1.931,50	3.012,50	5.265,20	10.356,60	25.909,10
2016.1	894,90	1.936,60	3.036,40	5.363,80	10.543,90	26.233,00
2016.2	888,60	1.916,70	3.021,40	5.340,80	10.512,40	25.542,50
2016.3	882,40	1.918,80	3.033,10	5.303,90	10.460,00	24.703,40
2016.4	875,70	1.911,40	3.029,00	5.319,20	10.400,20	26.514,20
2017.1	878,80	1.905,40	3.008,50	5.279,40	10.362,00	26.177,90
2017.2	932,50	1.968,80	3.006,00	5.297,30	10.722,90	28.235,30
2017.3	926,50	1.965,50	3.000,30	5.269,20	10.700,30	28.113,40
2017.4	921,00	1.947,50	3.001,80	5.285,50	10.657,10	28.779,80
2018.1	919,40	1.961,40	3.006,50	5.266,10	10.576,70	27.206,70
2018.2	914,30	1.946,00	3.000,30	5.274,70	10.540,20	27.249,10

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Ipea

## Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



### Grupo de Conjuntura

#### Equipe Técnica:

Christian Vonbun  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marcelo Nonnenberg  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Paulo Mansur Levy  
Vinicius dos Santos Cerqueira  
Sandro Sacchet de Carvalho

#### Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter  
Augusto Lopes dos Santos Borges  
Felipe dos Santos Martins  
Felipe Simplicio Ferreira  
Janine Pessanha de Carvalho  
Leonardo Simão Lago Alvite  
Matheus Rabelo de Souza  
Monyk Brites Alves Cardoso  
Pedro Mendes Garcia  
Renata Santos de Mello Franco  
Victor Henrique Farias Mamede

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.